## O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 11/10/2022 - 06:00

### Futuro governo assumirá sem controlar 40% do investimento

Eleições 2022 Poderes

# Futuro governo vai assumir em 2023 sem controle de 40% dos investimentos

Vencedor da disputa presidencial só poderá dar destinação a 60% de recursos do Orçamento; o restante está nas mãos do Congresso, via emendas; até 2019, o Executivo decidia sobre 80%

### DANIEL WETERMAN

O presidente que for eleito no dia 30 assumirá o cargo em ja-neiro de 2023 com um poder menor do que todos os ocupan-tes anteriores do Palácio do Planalto. Pela primeira vez, o chefe do Executivo iniciará o mandato sem controlar 40% dos recursos federais destinados a investimentos, que ficarão nas mãos do Congresso por meio de emendas parlamentares.

É uma situação inédita de pre-sidencialismo reduzido. Quando assumiu o mandato, em 2019, o presidente Jair Bolsona ro tinha o poder de manejar 80% dos investimentos. Acua-do pelo Centrão, porém, ele entregou a atribuição ao Congres-so, por intermédio do orçamento secreto. E a partir do ano que vem esse porcentual cairá para 60%, qualquer que seja o vito-rioso no segundo turno. A cúpula do Legislativo se ar-

ticula para blindar esse meca-nismo, caso o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vença as eleições. Embora o governo tenha saído das urnas com uma base maior na Câma ra e no Senado, Bolsonaro não deu demonstrações de que pretende impor limites ao orcamento secreto. A prática foi re-velada pelo **Estadão** em uma série de reportagens.

Controle

Relator do Orçamento de 2023. Marcelo Castro diz que Congresso não abre mão do poder conquistado

Lula já disse que, se chegar novamente ao Planalto, acabará com esse modelo. Em novembro do ano passado, no entanto, o senador Rogério Carva-lho (PT-SE) contrariou a bancada e deu o voto decisivo para aprovar um projeto do Congresso que estipulou regras de execução das emendas de relator, a base do orçamento secreto. À época, a posição de Carva-lho foi classificada como "fato grave" pela Executiva do PT. Mesmo assim, sete de 63 parlamentares da sigla, entre depu-tados e senadores, informaram ao Supremo Tribunal Federal ter recebido essas verbas.



Bolsonaro no Palácio da Alvorada: presidente recuou do próprio veto no caso do orcamento secreto, mas disse ontem desconhecer o fato

O destino do orçamento no próximo governo dependerá ngora da presidente do STF, Rosa Weber. A ministra relata um processo que pode acabar com o orçamento secreto, barrando qualquer liberação de verbas. O julgamento deve ocorrer logo após as eleições. É o Congresso atual, e não o próximo, que vota-rá o Orçamento de 2023.

Uma decisão do STF contra o dispositivo que tem sustenta do relações de toma-lá, dá-cá tem potencial de desencadear uma nova crise política. Líderes de partidos ameaçam até mes-mo cortar verbas do Supremo e deixar juízes sem o reajuste sala-rial proposto pelo Judiciário.

MOVIMENTAÇÃO. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP AL), já começou a abordar par-lamentares eleitos para oferecer emendas em troca do apoio à sua reeleição no cargo. "No mundo todo o orçamento é uma peça congressual. O presidente eleito vai ter de conversar com quem aprova o Orçamento. O Brasil não é uma ditadura", disse o presidente da Comissão Mista de Orçamento, Celso Sabino (União-PA), aliado de Lira. "Se o Supremo agir, essa atuação precisa ser bem justificada."

No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) também tenta

#### 'Desvetei? Desconheço', afirma Bolsonaro sobre orçamento secreto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que des conhece ter "desvetado" o orçamento secreto. Revelado pelo Estadão, o mecanismo foi gestado dentro do Palácio do Planalto, no gabinete do então ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos.

A primeira tentativa de viabilizar o orçamento secreto, de fato, foi do Congresso, e Bolsonaro a vetou. O presidente, porém, recuou do pró-prio veto e encaminhou para análise dos parlamentares,

preservar a ingerência do Con-gresso sobre o Orçamento. Candidato a novo mandato à frente da Casa, Pacheco defende o alinhamento das emendas a programas do governo ou até esmo a redução do seu valor, desde que seja mantida a prer-rogativa dos parlamentares para definir o destino dos recur-sos. No atual sistema, o dinheiro não é investido em políticas públicas, mas despejado em ações sem critérios técnicos, na maioria das vezes em reduem dezembro de 2019, o texto que criou o orçamento se-creto. O projeto é assinado por ele e a exposição de moti-vos que o justifica leva a assinatura do general Ramos. Todo esse processo está documentado.

Questionado sobre o as-sunto em Ceilândia, cidadesatélite de Brasília, Bolsona ro respondeu: "Você não aprendeu orçamento secreto ainda? (Não aprendeu) que não é meu?", disse. "Pelo amor de Deus, para com isso. Orçamento secreto é uma decisão do Legislativo que eu vetei, depois derrubaram o veto. Quem recuou do veto? Ah, eu desvetei? Desconheço desvetar." ● JULIA AFFONSO

tos de aliados do governo, dei-xando de atender ações para municípios mais necessitados.

PODER. A avaliação no Planalto é a de que, se conquistar novo mandato, Bolsonaro manterá o poder da distribuição de ver-bas com o Congresso. "Vamos ter agora um presidente muito mais forte politicamente, com total identificação com dois terços do Congresso", afirmou ontem em entrevista à Rádio Bandeirantes o ministrochefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, ao mostrar confiança na reeleição de Bolsonaro Ele não vai precisar fazer acordos para conquistar essa base de apoio, como no passado." Relator do Orçamento de

2023, o senador Marcelo Cas-tro (MDB-PI), apoiador de Lula, disse que o Congresso não abrirá mão do que já conquistou. Assim como outros aliados do ex-presidente, porém, ele argumentou ser possível propor um período de transição para o Executivo retomar

o controle das verbas.

"Pode ficar uma parte no Parlamento e voltar outra par-te para o Executivo. Isso é negociável. Não podemos igno-rar que 594 cabeças enxergam melhor o Brasil que uma só", avaliou o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), que não foi reeleito este ano, ao propor o rateio das verbas e a divisão do

poder no Orçamento. Diante do domínio do Centrão no Congresso, integran-tes do PT observaram que só a ministra Rosa Weber pode acabar com o orçamento secreto. Essa decisão implica devolver o controle das verbas para o governo, que, tradicionalmente, tem o papel de planejar os programas federais e destinar os recursos dos impostos pagos pelo cidadão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8